

A portrait of António Carrapatoso, a middle-aged man with short, dark hair, wearing a white button-down shirt. He is sitting and looking directly at the camera with a neutral expression. His hands are clasped in front of him. The background is plain white.

ANTÓNIO
CARRAPATOSO

**DESATAR
O NÓ**

Reflexões e propostas
para Portugal



Ficha Técnica

Título: *Desatar o Nó*

Autor: António Carrapatoso

Capa: Ideias com Peso

Foto de capa: João Frazão

Revisão: Lídia Freitas

ISBN: 9789722045476

LIVROS D'HOJE

Publicações Dom Quixote

[Uma chancela do grupo Leya]

Rua Cidade de Córdoba, n.º 2

2610-038 Alfragide - Portugal

Tel. (+351) 21 427 22 00

Fax. (+351) 21 427 22 01

© 2010, António Carrapatoso

© 2010, Publicações Dom Quixote

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor

www.livrosdhoje.leya.com

www.leya.pt

Para a Fátima, Nuno, Marta, Teresa, Cristina,
Ascensão, Fernando e Arnaldo.

A RAZÃO DO LIVRO

Há mais de dez anos que se tornou evidente para mim a necessidade de se alterar profundamente o modo como a sociedade portuguesa está organizada e como funciona.

Com o 25 de Abril de 1974, mudámos o sistema político, fizemos a descolonização (um processo que nem sempre correu bem) e, após 10 anos de naturais indefinições e confusões, integrámo-nos na Europa, optando finalmente por sermos uma democracia liberal com uma economia de mercado.

Entre 1985 e 1995, corrigimos os excessos do passado «revolucionário» e realizámos algumas reformas estruturais, se bem que, muitas vezes, sem a profundidade e a consistência necessárias.

Durante estes primeiros anos da nossa democracia, demos, e bem, prioridade e ênfase aos aspectos sociais, incluindo uma maior abrangência na prestação de serviços públicos no sentido da construção de um Estado mais social.

Assim, o balanço a fazer destes 15/20 anos pós-Revolução terá de ser necessariamente positivo, até porque teriam sempre de existir dificuldades e custos na transição de um regime para outro.

O mesmo balanço positivo não poderá ser feito em relação aos últimos 15/20 anos. Foram anos em que nos limitámos a andar à «bolina», aproveitando as facilidades da estabilidade monetária e da quebra da taxa dos juros (com a entrada no euro), dos fundos comunitários, do crescimento mundial, sem nos preocuparmos muito em

fazer o mais difícil, mas também o mais necessário: as reformas estruturais. Estas teriam de envolver uma maior aposta no cidadão, a redefinição das atribuições e da organização do Estado, a reformulação do Estado Social, a criação de um enquadramento favorável ao investimento e ao emprego e a reforma das instituições e do sistema político.

Nestes 15/20 anos, em grande parte devido a razões eleitoralistas, fomos empolando o peso e a intervenção do Estado. Não fomos capazes de construir um Estado social moderno, mais preventivo, reabilitante, focado nos mais necessitados, nem de o conciliar com uma sociedade capaz de criar riqueza para o sustentar.

Em 2010, temos um país longe de garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades e de tratamento, com fraca coesão social, com uma grande diferença entre os mais ricos e os mais pobres. Um país que acumulou ónus elevados para as gerações vindouras (desde o excessivo endividamento até à existência de estruturas e organizações obsoletas, passando por uma população pouco qualificada e preparada) e que não revela as competências e a dinâmica para ultrapassar os desafios do futuro.

Há muito que tenho procurado alertar, em intervenções públicas, participando em movimentos da sociedade civil e escrevendo artigos na imprensa, para as tendências nefastas que se tornavam cada vez mais visíveis na nossa sociedade. Procurei perspectivar e abrir caminhos novos de solução.

Este livro é uma colectânea de grande parte dos textos que publiquei, na última década, em particular no *Expresso* e no *Diário e Semanário Económico*. São textos simples, escritos ao correr da pena, mas que abordam

problemas essenciais da nossa sociedade. Por terem uma natureza mais conceptual e serem pouco conjunturais mantêm, de um modo geral, a sua actualidade.

Claro que hoje escreveria alguns deles de maneira diferente, tendo em conta a maior experiência e o nível de conhecimentos adquiridos com os anos. Mas, na substância, os valores e princípios neles reflectidos e as linhas de acção propostas continuam a parecer-me, na generalidade dos casos, os mais adequados.

Com este livro pretendo, mais do que demonstrar qualquer capacidade de previsão que possa vir a ser reconhecida, evidenciar a partir dos textos publicados uma linha de pensamento e de soluções consistentes, que nos poderão projectar para um maior desenvolvimento social e económico, visando a melhoria sustentada da nossa qualidade de vida e retirando-nos deste ciclo negativo dos últimos 15/20 anos.

Pretendo também contribuir para a discussão e mobilização da nossa sociedade para um verdadeiro projecto de mudança.

Este livro surge agora, precisamente, porque a situação de impasse e de emergência a que chegámos, exige, como nunca tinha antes acontecido depois do 25 de Abril, que prossigamos um rumo muito diferente para o país.

Acredito numa sociedade mais livre, aberta, flexível e justa, centrada nos interesses e na iniciativa do cidadão e do povo em geral. Acredito na capacidade dos portugueses em, finalmente, se mobilizarem e desatarem o nó com que se vêem confrontados.

INTRODUÇÃO

DESATAR O NÓ

A nossa riqueza por habitante tem vindo sistematicamente a reduzir-se face ao mundo e à própria Europa.

Encontramo-nos entre os países mais endividados do mundo e entre aqueles que menor crescimento registaram nos últimos 10 anos e os que menor crescimento registarão no futuro.

Continuamos a consumir mais do que produzimos e a investir mais do que poupamos, precisando todos os anos de contrair externamente novos empréstimos.

Estamos em risco de ruptura no financiamento ao nosso Estado e ao nosso sistema financeiro.

Tudo isto está para além da crise internacional, reflectindo antes as nossas enormes fragilidades internas.

E com tudo isto parece que ainda não percebemos que temos de mudar drasticamente o nosso modo de vida.

Em parte, é natural que assim seja.

Por um lado, os «donos» do sistema actual, que dele beneficiam, apenas querem permitir uma mudança que controlem e que não lhes afecte substancialmente os privilégios de que usufruem.

Por outro lado, a grande maioria dos cidadãos, o povo, sente-se inseguro, ainda dependente do Estado, receoso de entrar em novos caminhos, que desconhece e para os quais não se considera preparado.

Este «nó» só será desatado se três condições prévias para isso ocorrerem: se emergirem novos protagonistas, se houver um novo projecto político, e, se surgir uma nova dinâmica na atitude e disponibilidade do povo para a mudança.

NOVOS PROTAGONISTAS

Os actuais protagonistas são aqueles que há vários anos ocupam o poder, ou seja, os cargos de maior responsabilidade nas áreas política, económica, empresarial e sindical, ou se assumem mesmo como líderes de opinião e analistas políticos presentes na comunicação social.

A eles cabe uma quota-parte importante da responsabilidade pelo estado comatoso a que o nosso país chegou, especialmente agravada no caso dos governantes.

Muitos destes actuais protagonistas estarão demasiado comprometidos com os erros e métodos do passado, com o bloco político central de interesses e com a promiscuidade político-económica. Não evidenciam a necessária abertura e motivação para abraçar um novo projecto de mudança.

Outros, menos comprometidos e mais clarividentes, poderão apoiar ou mesmo fazer parte da desejada mudança e renovação.

Mas este processo de mudança terá de ser liderado, em grande parte, por novos protagonistas que acabarão por surgir nas várias áreas.

Eles terão de se afirmar pela sua independência face aos poderes mais dominantes, pelas suas competências, pelo seu sentido de interesse público. Terão ainda de

demonstrar a sua adesão relativamente a uma sociedade mais livre, aberta e transparente, sem abusos de posição dominante, mais flexível e socialmente coesa.

Na sociedade para onde deveremos evoluir, os principais responsáveis haverão de conquistar as suas posições não porque se sabem colocar sempre perto do poder, qualquer que ele seja, mas porque possuem qualidades únicas e reais de liderança e pela capacidade que têm em criar valor, para si, para as suas organizações e colaboradores e para a sociedade em geral.

A situação de emergência em que nos encontramos mobilizará decerto novos protagonistas para a acção política. A previsível ruptura do sistema económico e empresarial, tal como hoje o conhecemos, com demasiados lugares marcados, permitirá, nas restantes áreas da nossa sociedade, a mudança de velhos protagonistas, mais ou menos gradual, e a ascensão de novos protagonistas.

O PROJECTO POLÍTICO

O novo projecto político, como aqui se define, não é redutor nem tem de ser protagonizado, nas suas várias fases de implementação, apenas por uma única força política.

O novo projecto político, a ser corporizado pelos novos protagonistas, terá de assentar em cinco vectores prioritários de transformação da nossa sociedade que alterem fundamentalmente o modo como ela está organizada e como funciona.

O primeiro vector é a aposta no cidadão, na sua valorização, independência e responsabilidade. É o

cidadão que deve determinar o que o Estado deve ser, para que este esteja ao seu serviço - e não o contrário, como agora se verifica. O cidadão (o que também quer dizer o povo em geral) passará a ser o centro, a referência das políticas públicas, que devem visar prioritariamente os seus interesses.

Pretende-se que o cidadão se torne menos dependente - seja do Estado, de um emprego ou patrão ou dos interesses instituídos - que seja mais senhor do seu próprio destino e mais pró-activo nos seus direitos e deveres de cidadania e mesmo na demonstração da sua solidariedade.

Para isso, é necessário atribuir maiores capacidades e competências aos cidadãos, melhorando os sistemas de ensino e de formação ao longo da vida, criando ao mesmo tempo mais oportunidades para a sua realização pessoal e profissional.

O poder negocial do cidadão, do trabalhador, terá de ser aumentado relativamente aos poderes tradicionalmente mais fortes e dominantes, sejam eles provenientes dos que dominam o aparelho do Estado, ou dos que dominam as corporações ou as actividades económicas.

A assimetria de informação, que beneficia poucos em desfavor de muitos, terá de ser reduzida.

Deve privilegiar-se o mérito na perspectiva de desenvolver, reconhecer e aproveitar as capacidades e o potencial de todos os cidadãos e de valorizar os resultados alcançados na medida das possibilidades de cada um e não na perspectiva de *the winner takes it all*.

O cidadão terá de ser mais respeitado como contribuinte. Qualquer despesa do Estado deverá ser justificada à luz da mais-valia que traz para a sociedade e explicada a quem com os seus impostos a suporta.

O segundo vector de transformação será a alteração do papel, funções e posicionamento do Estado, tornando-o mais forte e independente, focado nas suas atribuições fundamentais, não permitindo a promiscuidade político-económica, e assente numa Administração Pública profissional e prestigiada.

As atribuições do Estado começam na defesa da identidade nacional, no exercício das funções de soberania e na garantia da prestação de serviços públicos essenciais e de qualidade.

O Estado não deverá estar nas empresas (as excepções deverão ser devidamente justificadas), nem procurar desenhar soluções empresariais.

Deverá ser um garante da coesão e protecção social, da igualdade de oportunidades e de tratamento e promotor de um enquadramento que estimule a iniciativa dos portugueses e a criação de oportunidades e de riqueza.

O Estado deverá também ser melhor gerido, ter um planeamento plurianual, objectivos claros atribuídos a cada responsável concreto e identificado, apresentar com transparência e com verdade as suas contas e os seus indicadores de eficiência e de qualidade do serviço público, do qual não deverá ser necessariamente prestador exclusivo clarificando o espaço que deixa à iniciativa privada.

O Estado tem de ser capaz de atrair os melhores e manter competências estratégicas nas áreas que lhe são essenciais.

O peso do Estado na economia deve ser apenas o indispensável para cumprir com eficiência as suas funções. Deve ser sustentável pela sua capacidade de angariar receitas sem criar um ónus à competitividade fiscal. O nível da despesa pública não poderá ser, como

agora, asfixiante para a sociedade, traduzindo uma intervenção demasiado abrangente, geradora dos incentivos errados, facilitada pelo poder excessivo de um Estado instrumentalizado pelo poder político.

O terceiro vector de transformação diz respeito à construção de um novo modelo social, mais preventivo e reabilitante, que explicita a rede social de protecção que garante a cada português, com um sistema de apoio social mais simples e focado nos mais desfavorecidos (crianças, idosos, deficientes ou cidadãos com doenças crónicas) e que garanta serviços públicos abrangentes, eficientes e de qualidade.

A maior prevenção do modelo social começa, desde logo, num maior apoio às crianças mais fragilizadas, provenientes de famílias desestruturadas ou com maiores carências, salvaguardando-se ao nível dos afectos, da sua educação, formação, o seu bem-estar e o seu futuro.

Os mais idosos merecem também um acompanhamento especial que lhes traga uma maior estabilidade, previsibilidade, tranquilidade e qualidade à sua vida, e uma melhor integração social.

A explicitação da rede social de protecção (o que se garante a qualquer cidadão em termos de habitação, alimentação, vestuário, transporte, para além do acesso aos vários serviços públicos) deverá ser a referência para um sistema simples de apoios sociais evitando-se a multiplicidade destes, muitas vezes induzida por motivos eleitoralistas, a sua sobreposição, difícil gestão e permeabilidade a fraudes e abusos.

Quanto às pensões deverá caminhar-se (pelo menos para os novos contribuintes) para um sistema mais justo, simples e flexível de conta própria individual, gerida por

instituto público. Este sistema dará os incentivos certos à poupança e não permitirá que persistam as pensões elevadas para quem para elas não descontou o suficiente, consumindo recursos que poderiam antes beneficiar os mais desprotegidos. No desemprego e no subsídio de doença funcionará, tendencialmente, um sistema de seguros, explicitando-se as garantias e afirmando-se a sua especialização e sustentabilidade. Qualquer incapacidade destes sistemas de resolução a situações concretas de maior fragilidade será respondida fazendo actuar a rede de protecção social.

A saúde será outro dos pilares base e mais privilegiado do modelo social. Ninguém poderá deixar de ter acesso a um serviço de saúde abrangente e de qualidade em resultado de carência económica. O Serviço Nacional de Saúde garantiria esta protecção e a possibilidade dos cidadãos recorrerem ou à prestação do Estado ou à privada.

O quarto vector passa pela criação de um enquadramento favorável à actividade empresarial, à criação de riqueza e emprego.

Comparamos mal em quase todos os factores de enquadramento: no nível de qualificação dos recursos humanos, no funcionamento da justiça, na competitividade fiscal, na regulação dos mercados, na flexibilidade laboral, na burocracia do Estado, etc. As políticas públicas deverão estar vocacionadas para reduzir o *gap* nas áreas onde estamos mais atrasados e para apostar pela positiva nos factores em que queremos e nos podemos diferenciar.

A concorrência deve ser garantida e incrementada em todos os sectores, em particular no caso dos bens e

serviços não transaccionáveis onde os preços, através de adequada regulação, terão de baixar para os melhores níveis europeus.

Deverá ser promovido o alargamento do sector dos bens e serviços transaccionáveis (nomeadamente criando condições no sector de serviços para que se internacionalizem vendendo para o exterior, desde a área da saúde à das actividades financeiras), e o aumento da sua competitividade (por exemplo, reduzindo custos fiscais ou a taxa social única, contrabalançando com o aumento do IVA).

O investimento estrangeiro deverá ser bem-vindo em todas as áreas (se existirem excepções que sejam claramente explicitadas e justificadas) e não repellido por considerações de proteccionismos ou favorecimentos internos.

Uma maior flexibilidade laboral, em benefício dos trabalhadores (mais oportunidades de emprego, melhores incentivos) e da criação de riqueza (melhor utilização de recursos e mais produtividade), deverá ser introduzida, nomeadamente através de um novo contrato de trabalho. No futuro, trabalhador e empregador poderiam optar por um novo contrato de trabalho que permitirá a rescisão por iniciativa do empregador mediante determinada indemnização, estabelecendo a lei montantes mínimos e condições de aplicação tendo em conta a idade do trabalhador e os anos de casa.

O quinto vector é a verdadeira aposta numa sociedade mais justa, com maior igualdade de oportunidades e de

tratamento, sem abusos de posições dominantes ou privilégios.

Vai muito para além da reforma do sistema de justiça, que não poderá deixar de ser feita e que incluirá uma maior independência, representatividade e «descorporitivização» dos órgãos de topo da justiça, uma maior motivação e responsabilização dos seus agentes para a resolução dos problemas do sector, uma maior qualidade na produção legislativa, a revisão do trâmite processual e a introdução de melhores práticas de gestão.

Temos de reduzir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres, e garantir uma muito maior mobilidade social, nomeadamente através de uma educação de qualidade para todos e da abertura dos mercados a novos projectos e empresários, não permitindo a apropriação de lucros ou ganhos excessivos e desproporcionados.

É uma cultura e prática nova que se tem de instituir, em que tudo é mais aberto, passível de ser renovado, em que as posições dominantes, os favorecimentos e privilégios estão minimizados, estimulando-se novas oportunidades a que todos terão acesso.

UMA NOVA DINÂMICA NA SOCIEDADE E NO POVO

Três alternativas se colocam aos portugueses.

Ou querem uma sociedade ainda mais estatizante, como a defendida pela ala mais à esquerda do PS e partidos à sua esquerda, que propõem ainda mais dos mesmos remédios (mais Estado, mais nacionalizações, Estado prestador exclusivo de serviços públicos, menos espaço para a iniciativa dos cidadãos) que tanto mal já

nos provocaram. E então sofreremos mais um corte à liberdade e independência dos cidadãos e entraremos, definitivamente, num período de destruição real da riqueza.

Ou querem manter-se no actual modelo imobilista, em que nada de substancial se altera, em que serão quase sempre os mesmos que permanecerão no poder, em que o Estado continuará a manter um peso à volta dos 50% do PIB e onde o modelo social continuará a ser assistencialista e paternalista. Nesse caso, continuaremos também a empobrecer relativamente a outros países.

Ou querem um modelo reformista e modernizador, como o que aqui defendemos. Este, tendo como principal prioridade o interesse do povo, será o que melhor responderá ao nosso principal desafio actual: conciliar um modelo social eficaz e o mais abrangente possível, que garanta uma real protecção aos portugueses, com uma sociedade capaz de criar riqueza para o sustentar.

Os cidadãos estarão disponíveis para aceitar esta terceira alternativa, se ela lhes for apresentada com convicção e verdade por protagonistas credíveis e imbuídos de um espírito de serviço público e se perceberem que os sacrifícios também serão pedidos aos mais poderosos e favorecidos, na medida das suas condições, e que a sociedade será mais justa e transparente no futuro.

NOTA FINAL

O nosso país necessita de ultrapassar a situação de emergência em que se encontra e, ao mesmo tempo, iniciar um processo estrutural de alteração de paradigmas.

Nunca o curto prazo esteve tão ligado ao longo prazo. Os nossos credores não nos continuarão a financiar se não verificarem que estamos a tomar as medidas que nos permitirão a longo prazo crescer economicamente e pagar as dívidas. Mas, mais do que a pressão dos credores, deverá ser a vontade e a pressão da sociedade a impulsionar uma mudança profunda e efectiva deste estado de coisas.

Temos de alterar o eixo pouco virtuoso - correspondente a uma sociedade imobilista, fechada, rígida, com poderes dominantes, com um modelo social ineficaz e injusto e com um Estado pesado e asfixiante só ao serviço de alguns -, à volta do qual as alternativas de poder se têm vindo a suceder, para um novo eixo - correspondente a uma outra sociedade mais aberta, flexível e justa, mais potenciadora de criação de riqueza e capaz de sustentar um novo modelo social

O maior partido político da oposição é, neste momento, o partido com maiores responsabilidades em promover e liderar - a partir de contributos da sociedade civil - uma alternativa real à insustentável situação actual.

O seu principal opositor dificilmente terá agora ânimo para apresentar novas políticas e práticas que teriam de ser necessariamente muito diferentes das que foram seguidas nos últimos anos. Mas para elas poderá evoluir, sem deixar de afirmar as suas próprias diferenças, depois de uma fase de renovação e transição, e já à volta de um novo eixo mais virtuoso de concepção da sociedade.

É difícil agora prever quando se conjugarão a oportunidade política e as condições substanciais (novos protagonistas, novo projecto político, apoio popular) para que Portugal possa prosseguir num novo rumo.

Mas quanto mais cedo reunirmos estas condições mais cedo sairemos da crise permanente e duradoura em que nos encontramos e nos libertaremos desta angústia de não ter esperança.

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE E O CIDADÃO

É preciso mobilizar e responsabilizar a sociedade e vencer a resistência à mudança

A pujança de uma sociedade mede-se pelo grau de liberdade, pela capacidade de iniciativa e pela independência dos seus cidadãos. Por isso, é preciso libertá-los da tutela asfixiante de um Estado que não esteja ao seu serviço e, bem assim, da sua própria tendência para a acomodação.

· 1 ·

AS NOVAS GERAÇÕES

As novas gerações são a esperança do país para uma efectiva e necessária mudança do sistema político-económico e para a indispensável alteração de atitudes, comportamentos e culturas da sociedade em que vivemos.

As gerações que agora começam a ascender ao poder nas instituições políticas e nas empresas - e mesmo a mais nova, entre os 20 e os 35 anos -, são já suficientemente independentes das grilhetas do passado e do *status quo* estabelecido para assumirem o desafio e o risco da mudança.

Frequentemente, as gerações mais antigas, em particular a daqueles que agora detêm maior poder, evitam pôr em causa os interesses adquiridos e, em certos casos, não têm a formação suficiente nem a abertura de espírito necessária para compreender totalmente o novo mundo em que vivemos e para antecipar os desafios com que nos vamos confrontar no futuro.

As gerações mais antigas foram educadas no Portugal pré-25 de Abril, um Portugal fechado e proteccionista, e viveram ainda, no início ou no auge da sua maturidade, o «choque» do

25 de Abril e a confusão do pós-25 de Abril, que, tendo sido um período altamente entusiasmante e rico de experiências, não deixou de marcar traumáticamente uma parte significativa desses cidadãos.

Conceitos como sociedade e tecnologias da informação, mercados abertos, regulação de mercados, novo papel do Estado, estratégia de internacionalização, orientação para os clientes e partilha do sucesso com os colaboradores são mais dificilmente interiorizados pelas gerações mais antigas do que pelas novas gerações, que tiveram a sua formação e alcançaram experiência já num ambiente de novas realidades que alteraram profundamente a face do mundo.

Não se deve, naturalmente, passar uma *certidão de óbito* às gerações mais antigas e, muito menos, colocar-lhes qualquer rótulo de incapacidade. Primeiro, porque nessas gerações temos portugueses que lutaram com elevado mérito pela liberdade de Abril e por uma sociedade mais justa e mais desenvolvida; e, depois, porque muitos desses portugueses continuam preocupados com o nosso futuro, revelam grandes competências e estão dispostos a assumir e a apoiar as gerações mais novas neste processo de mudança.

Podemos designar estes homens por *Change Angels*: os mais velhos que, embora ainda no poder, não se limitam a viver do *status* e dos louros passados e estão dispostos a assumir os riscos da mudança mesmo que isso possa trazer-lhes algum desconforto ou prejuízo.

Sem estes *Change Angels*, as novas gerações terão muito mais dificuldade em operar as mudanças. Os *Change Angels* têm uma experiência valiosa que as novas gerações não possuem e poderão criar as necessárias *fissuras* na natural tendência corporativa de protecção dos interesses mútuos dos mais velhos.

Se o nosso sistema de ensino fosse melhor, se as nossas empresas e instituições fossem mais bem geridas e desenvolvessem melhor os seus recursos humanos, as

novas gerações possuiriam mais competências e estariam mais bem preparadas para inovar, modernizar e proceder a mudanças.

Mas não podemos ficar eternamente à espera de gerações sempre melhor preparadas e mais qualificadas para começar a efectuar as mudanças indispensáveis ao país.

Seria excelente que as novas gerações tivessem maior cultura e uma consolidação superior de princípios e atitudes ligados à solidariedade social, ao associativismo, à concorrência sã, à participação na vida democrática, etc., mas, maiores ou menores, as capacidades actuais são as bastantes para aspirarmos a dar saltos quantitativos e qualitativos no nosso processo de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida.

Existirão alguns que já se adaptaram ao sistema político-económico vigente, dele beneficiando, e que, por isso, estarão menos motivados para procurar inovar e mudar. A maioria, no entanto, demonstra grande apetência e vontade de contribuir para uma mudança efectiva das nossas instituições e da nossa sociedade.

Para assumirem adequadamente o seu papel, as novas gerações deverão ser apoiadas, não só pelos *Change Angels*, mas por entidades externas que já vivem a realidade de um mercado e de um mundo mais global e aberto.

Infelizmente, Portugal quase sempre precisou destas pressões exteriores para promover as rupturas internas e operar as mudanças indispensáveis para acompanhar o pulsar do mundo.

Este mundo mais global e aberto pressiona-nos para sermos mais competitivos e para pormos em causa velhos dogmas e paradigmas. Traz, naturalmente, alguns

aspectos menos positivos, que poderão levar a um economicismo excessivo e a uma menor atenção às questões de solidariedade e coesão social, mas a consolidação de uma identidade nacional forte, um governo capaz de protagonizar um novo papel do Estado e uma sociedade civil informada e dinâmica serão condições suficientes para evitar qualquer desvio menos desejável do rumo que precisamos de seguir.

Não devemos ser cépticos quanto às qualidades e potencialidades das novas gerações; ao invés, devemos apoiar o seu desenvolvimento pessoal e profissional, individual e colectivo, criando as condições para a sua afirmação e realização.

Com a interacção das novas gerações e dos *Change Angels*, aproveitando a dinâmica das tendências mundiais, irão realizar-se, decerto, as mudanças necessárias para construirmos um Portugal melhor.

· 2 ·

AS VELHAS IDEIAS

Para darmos um salto significativo no desenvolvimento do país e na qualidade de vida dos cidadãos, precisamos de deixar de ser uma sociedade resistente à mudança e adversa ao risco e passar a aceitar e a promover a inovação. A sociedade portuguesa tem, por isso, de abandonar algumas das velhas ideias, que se mantêm demasiado arreigadas aos nossos comportamentos.

Aliás, às vezes, o que nos custa mais em termos individuais e colectivos não é aceitar novas ideias mas abandonar as velhas ideias, procurando manter compromissos insustentáveis entre o passado e o futuro que nos são bastante prejudiciais.

Vale a pena mencionar algumas *velhas ideias* que convém abandonar e lembrar ideias ou conceitos novos e alternativos que as devem substituir.

Ainda há quem acredite e defenda que existem, e que deverão continuar a existir, empregos seguros para toda a vida. No mundo de hoje, isso não acontece, o que não é necessariamente mau. A médio e longo prazos, a existência de empregos totalmente seguros não é sequer favorável ao próprio detentor desse posto de trabalho.

A ineficiência criada pela rigidez de emprego, na empresa e nos mercados, leva inevitavelmente a rendimentos decrescentes, mais impostos a pagar, a menores benefícios sociais, a menos alternativas de vida e, enfim, a uma sociedade menos desenvolvida e justa.

A *aposta* deve ser, portanto, não em forçar, por via legislativa ou outra, a existência de empregos cem por cento seguros, mas, isso sim, em aumentar as competências e qualificações de cada cidadão, preparando-o para o mundo empresarial actual, o que significa que cada um deve ter uma maior consciência sobre a necessidade de formação profissional permanente ao longo da vida.

Um cidadão mais bem preparado, qualificado e competente, terá muito maior poder negocial no mercado e maior independência para fazer as suas opções, o que se traduz, de facto, em maior segurança quanto ao emprego e à qualidade de vida.

Ao adoptar uma maior flexibilidade da legislação laboral que elimine a exagerada rigidez quanto à manutenção do emprego, o Estado deve, naturalmente, garantir também a necessária protecção social aos trabalhadores que eventualmente fiquem desempregados, particularmente aos menos qualificados e menos jovens, dando-lhes incentivos para formação e qualificação adicional. Deve também procurar controlar e minimizar qualquer possível tentativa de fraude ou de utilização abusiva do sistema de apoio.

Outra ideia a abandonar é a de que uma despesa pública elevada não é inevitavelmente negativa, pois reduzi-la e controlá-la poderá significar a imposição de limites ao leque de serviços públicos e de benefícios sociais a cargo do Estado. Mas é. Uma despesa pública descontrolada e crescente, como a portuguesa, não é sustentável a curto/médio prazo, traduzindo-se em encargos inaceitáveis e mais impostos para o futuro e desincentivando a iniciativa dos cidadãos e dos agentes económicos. Importa é que haja uma definição do leque e

do nível de serviços públicos e prestações sociais que queremos e podemos proporcionar aos cidadãos de forma sustentada.

Isto também quer dizer que temos que definir aquilo que o Estado deve ou não deve fazer e como deve assegurar os seus compromissos sociais, directa ou indirectamente, reduzindo o seu peso e a sua vasta intervenção na economia e na sociedade. O actual Estado é um factor de inibição do desenvolvimento da sociedade civil e do cidadão e de distorção das regras de mercado, afectando a motivação e o comportamento dos agentes económicos.

Há quem acredite que o liberalismo económico e a sua pedra basilar, a concorrência, é tendencialmente nefasto. Mas o liberalismo e a concorrência são apenas instrumentos a utilizar e não um fim em si mesmo.

O liberalismo e a concorrência não significam o predomínio do mais forte, nem mesmo o sucesso exclusivo do mais competente. Enquadrado numa visão clara sobre o papel do Estado - forte e independente do poder económico - e dos seus objectivos, a *aplicação correcta* do liberalismo leva a que toda a sociedade ganhe, mesmo as classes mais desfavorecidas, que beneficiarão da redistribuição, então possível, da riqueza que se criar.

Aplicação correcta, sublinhe-se, quer dizer que ninguém poderá abusar de posição dominante, pondo em causa o princípio-base da igualdade de oportunidades; significa que não existirão proteccionismos, assegurando-se que todos ganhem com uma concorrência sã proveniente de investimentos e actividades desenvolvidas, por agentes económicos e capitais nacionais ou estrangeiros, individuais ou colectivos.

Se não queremos continuar na cauda da Europa - é legítima a ambição de, em 10 ou 20 anos, nos posicionarmos entre os países mais desenvolvidos e com maior qualidade de vida da União -, teremos que assumir já a ruptura com algumas ideias obsoletas e processos do passado.

Na situação em que nos encontramos, temos que estar conscientes de que um projecto de mudança implicará sempre alguns riscos, mas serão sempre riscos menores do que a alternativa do imobilismo. Esse projecto obrigará a sacrifícios no curto prazo, mas dar-nos-á um retorno positivo e uma vida melhor no futuro.

O CIDADÃO E O ESTADO

A sociedade portuguesa precisa de ter uma maior consciência dos custos do Estado, da sua eficiência e de quem os deve suportar.

Tendo legítima opinião sobre o âmbito dos serviços do Estado, cada cidadão deve também assumir a sua quota-parte de responsabilidade nos custos que esses serviços implicam.

De um modo geral, o cidadão português tem tendência para defender uma grande abrangência do papel do Estado, em particular quando tal resulta, directa ou indirectamente, em benefício próprio, mas não procura saber quais os custos respectivos. Mostra-se ainda pouco disponível para aceitar o sacrifício pessoal que isso possa exigir.

Assim, e consoante o interesse de cada um, acha-se que o Estado deve, por exemplo, aumentar os ordenados dos funcionários públicos e as pensões de reforma, garantir um esquema privilegiado de reforma para os funcionários públicos através da Caixa Geral de Aposentações, construir mais um hospital na região, ou mais uma ponte, ou uma escola, aumentar o orçamento para as Forças Armadas, dar mais subsídios para a cultura, aumentar o subsídio de desemprego, subsidiar empresas para que não venham a falir, etc. A ideia é que o Estado é uma entidade genérica e abstracta a quem tudo se pode pedir, que existe para satisfazer as necessidades de cada um e cujos custos deverão ser suportados pelos outros.

É fácil para uma organização, grupo, ou cidadão individual reivindicar algo do Estado em proveito próprio no pressuposto de que a sua contribuição será reduzida ou nula e de que alguém há-de pagar os custos inerentes.

Se tal fosse praticável, seria útil que cada cidadão recebesse todos os anos uma carta com a indicação pormenorizada de tudo aquilo que recebeu gratuitamente do Estado – desde a utilização das estradas, hospitais, escolas, segurança, até às contrapartidas financeiras de que beneficiou e respectivo custo – e a contribuição que deu, através dos seus impostos, para cobrir esses custos.

Seria também teoricamente desejável que cada cidadão antecipasse, relativamente a cada actividade que entende dever o Estado desempenhar, qual a sua quota-parte e da sua família, agora e no futuro, do custo directo envolvido e que teria de passar a suportar adicionalmente por via dos impostos que paga. Provavelmente, em muitos casos, os cidadãos mudariam a sua opinião sobre o que o Estado deve ou não fazer.

Também seria útil que cada projecto político apresentado aos cidadãos clarificasse qual o papel que defende para o Estado, quais os custos envolvidos e qual o peso da despesa pública no PIB, discriminado pelas principais actividades, e quem e em que medida deverá suportar esse custo.

Quanto a este último aspecto, deveria explicitar-se qual a repartição do esforço a pedir a cada um. Por exemplo, se os 20% dos cidadãos com menores rendimentos pagariam zero de impostos (por simplificação falemos só dos impostos directos), os 40% seguintes pagariam 30% do total, os 30% seguintes 40% e, finalmente, os 10% dos cidadãos de maior rendimento seriam responsáveis por 30% do total.

Ou se, em alternativa a este sistema progressivo, se acredita que o esforço percentual deve ser idêntico para todos e, portanto, a taxa a aplicar ser a mesma para todas as classes de rendimento, pagando naturalmente mais quem tivesse mais rendimentos, mas apenas proporcionalmente.

De salientar que aqui a discussão não é ideológica. O nível de progressividade deve ser em grande parte determinado pelo que se acredita venha a resultar num maior estímulo e crescimento da economia, de forma que a colecta total de impostos em valor absoluto, mantendo-se uma percentagem desejada do PIB, seja maximizada para depois ser passível de se redistribuir socialmente.

Estes princípios quanto ao funcionamento do Estado e os deveres de cidadania de cada um deviam constar dos currículos educativos das escolas, para que cada cidadão ganhasse uma melhor percepção dos problemas da sociedade em que se insere e fosse menos facilmente manipulado pela demagogia própria de algumas propostas políticas. Mesmo que um dado projecto político e governamental apresente uma visão clara do papel do Estado, respectivos custos envolvidos e sistema de impostos que vai implementar, é claro que será sempre confrontado, na altura da repartição do bolo, com as várias alternativas e com as pressões dos vários grupos de interesses que procurarão arrecadar para si uma maior fatia.

Mas um governo com visão e convicções fortes saberá encontrar os equilíbrios adequados, resistir ao facilitismo de curto prazo e demonstrar que os sacrifícios pedidos e as escolhas feitas foram as mais acertadas, pois resultarão num maior desenvolvimento da sociedade e de qualidade de vida de todos.